
Novos diálogos do consórcio de Curitiba foram destaque

A revelação de mensagens trocadas pelo então juiz Sergio Moro e o coordenador da autodenominada operação "lava jato" até setembro de 2020, Deltan Dallagnol, [revelam](#) que a condução dos processos relacionados ao ex-presidente Lula foi combinada entre acusação e julgador.

As mensagens, algumas dela já reveladas pelo *The Intercept Brasil*, vieram ainda mais à tona após a decisão do ministro Ricardo Lewandowski que levantou sigilo da [Reclamação 43.007](#), em que a defesa do ex-presidente pediu acesso integral ao material apreendido pela chamada operação "spoofing". Os dados consistem em mensagens trocadas entre procuradores e juízes que participaram da consórcio de Curitiba e foram divulgadas pelo *The Intercept* na série de reportagens que ficou conhecida como "vaza jato".

Os diálogos também demonstraram a nítida [pretensão](#) do procurador Deltan Dallagnol de "comandar" uma suposta renovação política, a articulação entre procuradores para [emparedar](#) o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e também a [fixação](#) dos tarefas pela **ConJur**. Esta revista eletrônica foi citada nada menos que 24.639 vezes pelos interlocutores.

Também foi revelado certo [incômodo](#) de Deltan em endossar a defesa pública de amigo de Moro e a impressão de procuradores de que o ex-juiz havia passado do ponto na tentativa de influenciar nas [eleições](#) de 2018, ao levantar sigilo da delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci.

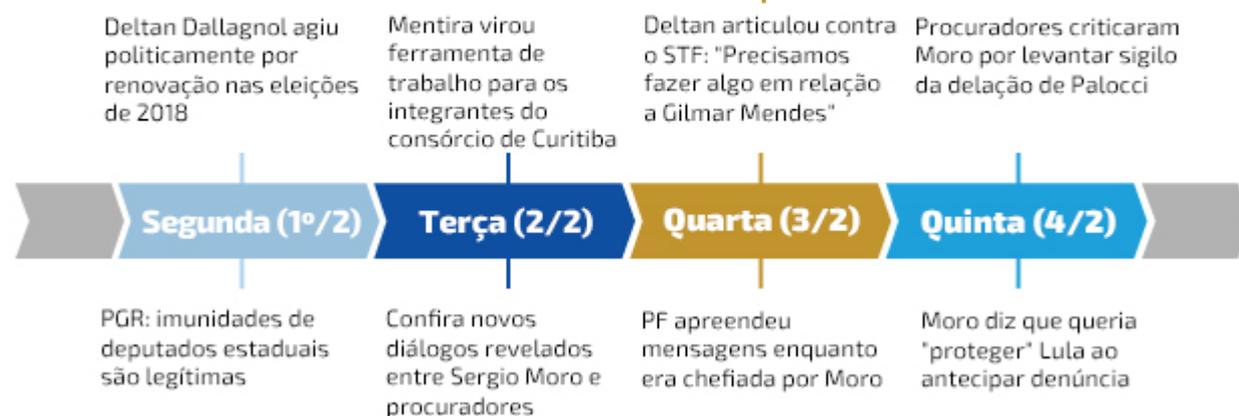
Os procuradores reagiram à exposição pública de seus métodos e pleitearam no STF que um [pedido de reconsideração](#), feito em 26 de janeiro, seja apreciado pela Corte.

Na [reclamação](#), os procuradores alegam que a divulgação dos diálogos coloca em risco a vida deles, além de expor seus amigos e familiares, "fazendo letra morta da proibição estabelecida no Estatuto da Criança e Adolescente, que confere especial proteção à imagem de crianças e adolescentes".

Quem também acionou o STF pela revelação das conversas foi o ex-juiz Sergio Moro. Representado por sua mulher, [Rosângela Moro](#), alegou que houve usurpação de competência do ministro Luiz Edson Fachin, relator de ações e impugnações no STF referentes à autodenominada "lava jato". O ex-juiz e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública pediu a suspensão e revogação da decisão do ministro Lewandowski, que liberou à defesa do ex-presidente Lula as mensagens obtidas pelo hacker Walter Delgatti.

Moro e procuradores não reconhecem a autenticidade das mensagens. No entanto, quem [apreendeu](#) os arquivos com o hacker foi a Polícia Federal — na chamada operação "spoofing". A corporação é comandada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, à época chefiado por Moro. E perícias confirmaram a veracidade das mensagens.

Conjur



TV CONJUR

Veja o que foi publicado no nosso [canal no YouTube](#):

[Riscos de Judicialização na Saúde Suplementar pós-Covid](#)

[Lançamento do Anuário do Ministério Público do Brasil 2020](#)

FRASE DA SEMANA

"Quem é o chefe da 'lava jato', segundo os diálogos vazados? É o Moro, a quem chamam de russo. Dizem que seguem código penal da Rússia. É um descolamento institucional. Por isso talvez essa importância de regresso ao Brasil. Talvez tenham que restabelecer relações institucionais via Gaeco", ministro Gilmar Mendes, ao comentar o escândalo da "vaza jato" em entrevista à CNN.



NA

Conrado GontijoAdvogado e doutor em
Direito Penal

A regulamentação da atividade de lobista no Brasil garantiria mais

transparência à administração pública e faria com que decisões importantes, como o leilão de banda de tecnologia 5G, fossem pautadas por questões técnicas.

Essa é a opinião do advogado **Conrado Gontijo**, criminalista, doutor em Direito Penal e Econômico pela USP (Universidade de São Paulo).

Em [entrevista](#) à **ConJur**, ele explicou que a regulamentação do lobby aumentaria o peso técnico em questões como a da tecnologia 5G. "Hoje, se eu quisesse saber como o lobby tem se movimentado sobre essa questão, teria muita dificuldade. Não se tem claro quais são os parlamentares que estão na linha de frente desse tema, que tipo de visita estão recebendo e o material que recebem", explica.

Gontijo também defende a importância da atividade para fornecer a agentes públicos informação qualificada sobre temas que eles não conhecem, como especificidades das vacinas contra a Covid-19.

Por fim, o advogado sustenta que a atividade foi demonizada no Brasil nos últimos anos por conta de operações espetaculosas do Ministério Público. "O Ministério Público tratou como se fosse corrupção eventos de lobby banais, pelo menos de acordo com o que estava provado em algumas investigações", explica.

RANKING

Audiência

De 29/1 a 04/2



3.4 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



1.7 milhões

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 217 mil leituras, a [notícia](#) mais lida da semana trata da intenção dos

procuradores da "lava jato" de articular uma investida contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

As conversas também revelam que a "lava jato" em Curitiba cogitou pedir o impeachment de Gilmar ao Senado. Desistiram quando a procuradora Laura Tessler disse ter ficado sabendo que o advogado Modesto Carvalhosa protocolaria uma solicitação dessa natureza.

"Nós não podemos dar a entender que investigamos GM. Caso se confirme essa unha e carne, será um escândalo", disse Dallagnol ao grupo. Logo em seguida, ele sugeriu que fossem apuradas ligações de Paulo Preto para telefones do Supremo. "Mas não é novidade que Gilmar veio do psdb e de dentro do governo fhc!!! Cuidado com isso", disse o procurador Paulo Galvão.

A segunda [notícia](#) mais lida da semana trata do comunicado do grupo Prerrogativas rechaçando a possibilidade de que o Supremo Tribunal Federal venha a declarar a suspeição de Sergio Moro, mas mantendo os efeitos da condenação do ex-presidente Lula no processo do sítio de Atibaia.

Segundo a [Coluna do Estadão](#), a tese tem ganhado corpo porque a sentença, afinal, foi assinada pela juíza Gabriela Hardt, apesar de Moro ter acolhido a denúncia e instruído o processo.

As dez mais lidas

["Precisamos fazer algo em relação a Gilmar Mendes", disse Dallagnol](#)
[Advogados rechaçam "solução alternativa" para suspeição de Moro](#)
[Após megavazamento, dados de ministros do STF são postos à venda](#)
[Confira novos diálogos entre procuradores do Paraná e Moro](#)
[Deputado vai ao STF para exigir que Câmara analise sanção do PSL](#)
[Moro orientou Deltan e consórcio manteve conversas clandestinas](#)
[Nunes Marques manda Maia analisar hoje caso de deputados do PSL](#)
[Aposentado com problema cardíaco tem direito à isenção do IR](#)
[STF decide sobre direito ao esquecimento na próxima semana](#)

Manchetes da semana

[Portaria confusa causa dificuldade para brasileiros voltarem ao país](#)
[Comportamento pacífico da vítima não serve para agravar homicídio](#)
["Falta de regulamentação do lobby traz zona de pouca transparência"](#)
[Intimação para apenas um dos advogados não é cerceamento de defesa](#)
[Lula preso era sonho de consumo do consórcio de Curitiba](#)
[Moro repreende Deltan após MPF recorrer](#)
[Deltan Dallagnol agiu politicamente por renovação nas eleições de 2018](#)
[Mentira virou ferramenta de trabalho para os integrantes da "lava jato"](#)
[Deltan: "Precisamos fazer algo em relação a Gilmar Mendes"](#)
["Fim" da "lava jato" é apontado como recuperação institucional](#)
[Mulher de Moro pede revogação de decisão de Lewandowski](#)
[Deltan disse não se sentir "confortável" em defender amigo de Moro](#)
[Procuradores criticaram Moro por levantar sigilo da delação de Palocci](#)

Date Created

06/02/2021